

O corpo feminino como espetáculo da barbárie: câmeras de vigilância, telejornalismo gaúcho e a pedagogia da crueldade (2020–2025)

The Female Body as a Spectacle of Barbarism:
Surveillance Cameras, Rio Grande do Sul Television Journalism, and the
Pedagogy of Cruelty (2020–2025)

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira¹

Resumo: A pesquisa investiga a espetacularização da violência de gênero no telejornalismo do Rio Grande do Sul (Brasil), com foco na transição do testemunho oral para o registro material em vídeo de câmeras de vigilância (CFTV). O objetivo geral é analisar como as imagens de monitoramento operam o paradoxo entre a materialidade probatória jurídica e o mecanismo de geração de audiência televisiva. A fundamentação teórica articula os conceitos de “espetáculo da barbárie” de Muniz Sodré, “sociedade do espetáculo” de Guy Debord, as categorias narratológicas de Gérard Genette e a crítica social da violência de gênero de Rita Segato. Metodologicamente, realizou-se uma coleta sistemática de dados entre 2020 e 2025 nos principais veículos gaúchos (RBS TV, Record RS, SBT RS), utilizando a técnica do “mês falso” e análise de redes sociais (ARS). Os resultados demonstram uma estrutura de saturação midiática, com aproximadamente 470 inserções televisivas dos casos analisados. Conclui-se que a reiteração exaustiva das imagens em *looping* promove uma “pedagogia do horror” que, embora acelere a resposta do sistema judiciário, acarreta a revitimização simbólica, a despersonalização das vítimas e a reiteração do mandato de masculinidade, transformando o trauma em ativo da economia da atenção.

Palavras-chave: Violência de gênero; Telejornalismo; Câmeras de vigilância; Espetacularização; Rio Grande do Sul.

Abstract: This research investigates the spectacularization of gender-based violence in Rio Grande do Sul (Brazil) television journalism, focusing on the transition from oral testimony to material video records from surveillance cameras (CCTV). The general objective is to analyze how monitoring images operate the paradox between legal evidentiary materiality and the mechanism for generating television ratings. The theoretical framework articulates the concepts of “spectacle of barbarism” by Muniz Sodré, “society of the spectacle” by Guy Debord, the narratological categories of Gérard Genette, and the social critique of gender violence by Rita Segato. Methodologically, systematic data collection was conducted between 2020 and 2025 in the main media outlets of Rio Grande do Sul (RBS TV, Record RS, SBT RS), using the “false month” technique and social network analysis (SNA). The results demonstrate a structure of media saturation, with approximately 470 television insertions of the analyzed cases. It is concluded that the exhaustive repetition of images in a loop promotes a “pedagogy of horror” that, while accelerating the response of the judicial system, leads to symbolic revictimization, the depersonalization of victims, and the reinforcement of the mandate of masculinity, transforming trauma into an asset of the attention economy.

Keywords: Gender-based violence; Television journalism; Surveillance câmeras; Spectacularization; Rio Grande do Sul.

¹ Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brasil. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pelotas lotado no Centro de Letras e Comunicação – Curso de Jornalismo e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: paulo.cajazeira@ufpel.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8060-9358>

Introdução

A violência contra a mulher no Brasil subverte a premissa de que o crime de gênero seja um subproduto de impulsos individuais, de patologias psíquicas ou de uma desorganização coletiva momentânea. Ao atravessar as instituições, a cultura e o cotidiano social como uma manifestação sistemática e estrutural, o fenômeno revela que não se restringe a episódios isolados. Nos últimos anos, contudo, as dinâmicas de visibilidade e denúncia desse cenário ganharam um novo componente de mediação tecnológica: a onipresença de dispositivos de registro digital no espaço urbano e doméstico. Se historicamente a agressão baseada no gênero tendeu a ser confinada à invisibilidade da esfera privada, a proliferação de Circuitos Fechados de Televisão (CFTV) e de sensores eletrônicos operou uma transição crucial, deslocando o crime da penumbra para um palco de exposição pública.

As imagens técnicas capturadas por câmeras de vigilância surgem, assim, como documentos que registram o ato violento em tempo real e alteram substancialmente os fluxos de investigação, a opinião pública e as decisões judiciais. Por um lado, esse registro em vídeo manifesta-se como um instrumento de materialidade visual e probatória, dotado de uma capacidade técnica de superar a recorrente deslegitimação da palavra da vítima nas esferas policiais e jurídicas. Por outro lado, a transposição automática e exaustiva dessas imagens para o ecossistema do telejornalismo inaugura um circuito complexo que remete ao que Guy Debord (1997) classifica como a sociedade do espetáculo, onde o trauma e a dor alheia são codificados sob a lógica da mercadoria visual. Todavia, para além da mecânica puramente comercial da imagem televisiva, esse processo revela raízes profundas assentes na estrutura patriarcal.

Conforme Rita Segato (2003), a violência de gênero atua como uma linguagem expressiva estruturada, na qual a expropriação, a marcação e a destruição do corpo feminino funcionam como uma mensagem direcionada aos pares masculinos. O ato violento constitui um tributo pago para a manutenção do mandato de masculinidade, transformando o corpo da mulher no território onde o agressor encena a sua capacidade de exercer superioridade pela forma física e psicológica. O problema central que orienta este estudo reside, portanto, no paradoxo ético e discursivo produzido por essa hipervigilância, sintetizado no seguinte questionamento: de que maneira as imagens de câmeras de segurança, ao mesmo tempo em que colaboram com a justiça ao fornecerem a materialidade do crime, são instrumentalizadas pelo telejornalismo como engrenagens de espetacularização e de reiteração da objetificação dos corpos das mulheres?

Trata-se de uma contradição discursiva em que o ato de informar se confunde com a exploração sensacionalista do sofrimento. Ao reexibir reiteradamente os flagrantes de agressões em estruturas de *looping*, as emissoras ativam o que Segato (2018) qualifica como uma pedagogia da crueldade, um processo de habituação do olhar que retira a condição de sujeito da vítima e normaliza a exibição de sua vulnerabilidade física como entretenimento e consumo de massa. A partir de um mapeamento cronológico e sistemático dos principais casos de violência contra a mulher com ampla cobertura jornalística no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2025, esta pesquisa adota como objetivo geral investigar as implicações narratológicas e sociais da transição do testemunho oral para o registro imagético material.

Nos pressupostos teóricos, busca-se verificar como a pressão mediática decorrente da circulação dessas imagens interfere nos ritos processuais penais, sem perder de vista que a espetacularização televisiva opera uma segunda violência — de ordem simbólica — contra a dignidade e a memória das vítimas. A articulação entre a análise crítica da narrativa jornalística e a ancoragem sociológica do fenômeno torna-se necessária para delimitar as fronteiras entre a função social da imprensa e a espetacularização da barbárie na televisão.

A violência contra a mulher no Rio Grande do Sul e no Brasil

O cenário da violência de gênero no Brasil revela um avanço no número de mecanismos de proteção instalados em ruas, condomínios residências, comerciais e espaços públicos, porém, verifica-se também, a existência quase diária de registros de crimes letais. Contextualizando essa situação, ela agravou-se a partir de 2021, quando o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19 confinou mulheres a ambientes domésticos hostis e dificultou o acesso a serviços básicos de saúde e ao acolhimento.

Dados revelados pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) já indicavam uma realidade de crescimento sistêmico em todas as modalidades criminais: 97% das mulheres relataram assédio no transporte público, 76% sofreram violência no trabalho e os índices de feminicídio e estupro mantiveram-se em patamares alarmantes. Esse histórico de vulnerabilidade, que inclui o assassinato de uma pessoa trans ou travesti a cada dois dias, demonstra que a violência não é apenas um ato isolado, mas um fenômeno estrutural que permeia todos os espaços de convivência feminina.

Essa tendência de alta culminou em dados ainda mais críticos em 2025, ano que registrou o maior número de feminicídios da série histórica no país, com 1.568 vítimas — uma média de quatro mortes diárias. No Rio Grande do Sul, a gravidade do quadro ganha contornos

específicos: apesar da existência de uma rede institucional de proteção consolidada, cerca de 80% das vítimas de feminicídio em 2025 não possuíam medidas protetivas vigentes no momento do crime. Foram registrados oficialmente, 80 crimes de feminicídio ao longo de 2025 no estado gaúcho. A maioria das vítimas morreu dentro de casa; dados até fevereiro de 2026 indicaram que, o estado já acumulava 19 feminicídios. Essa estatística confirma a tese de Samira Bueno (2023) sobre o crescimento das modalidades criminais e evidencia uma falha crucial nas redes de comunicação e acolhimento.

A objetificação do corpo feminino e as estruturas elementares da violência: a contribuição de Rita Segato

Para que a análise da transição entre o testemunho oral e o registro imagético das câmeras de vigilância não se encerre em uma descrição tecnicista ou puramente estatística, torna-se necessário ancorar a reflexão na crítica social do fenômeno da violência de gênero no Brasil. A resiliência dos índices de feminicídio e a crueza das imagens capturadas por Circuitos Fechados de Televisão (CFTV) exigem uma decodificação que perpassasse as estruturas profundas do patriarcado e a consequente objetificação dos corpos das mulheres.

Nesse horizonte, o arcabouço teórico de Rita Laura Segato oferece a chave interpretativa necessária para compreender como a agressão física e a espetacularização midiática operam em simbiose. A violência contra a mulher no Brasil subverte a premissa de que o crime de gênero seja um subproduto de impulsos individuais, de patologias psíquicas ou de uma desorganização coletiva momentânea. Ao atravessar as instituições, a cultura e o cotidiano social como uma manifestação sistemática e estrutural, o fenômeno revela que não se restringe a episódios isolados.

Em sua obra capital, *Las estructuras elementales de la violencia* (2003), Segato postula que a violência de gênero constitui um sistema de comunicação consolidado, uma ação dotada de eficiência simbólica e expressiva cuja agressão não visa apenas à destruição física da vítima, mas à emissão de uma mensagem estruturada. A autora identifica dois eixos comunicacionais complementares: o eixo vertical, que vincula o agressor à vítima num rito de dominação e expropriação, e o eixo horizontal, no qual o agressor emite um sinal de poder perante seus pares masculinos. É nesta última dimensão que se consolida o “mandato de masculinidade”, estatuto que, em sociedades de bases coloniais e patriarcais, precisa ser permanentemente provado e exibido.

A agressão funciona, portanto, como um tributo pago a uma confraria masculina virtual ou real, um teste de pertencimento ao topo da hierarquia de poder. O corpo feminino é transformado em um território a ser colonizado, marcado e disciplinado, convertendo-se no suporte físico — um objeto — onde o agressor encena sua capacidade de exercer soberania absoluta. Ao transpor essa chave de leitura para o ecossistema do telejornalismo gaúcho analisado nesta pesquisa, percebe-se que a introdução das imagens de câmeras de segurança não altera a lógica expressiva da violência, mas a amplifica em escala industrial. A câmera de vigilância surge na cena pública como um dispositivo que capta a encenação do mandato de masculinidade em tempo real.

No entanto, ao absorver esse registro bruto e reinseri-lo na grade de programação televisiva por meio de repetições exaustivas, o jornalismo opera uma transmutação: o corpo da mulher, já objetificado pelo agressor no instante do crime, passa por uma segunda objetificação, desta vez promovida pela máquina mediática. Essa engrenagem é detalhada por Segato em sua obra posterior, *Contrapedagogías de la crueldad* (2018) — publicada no Brasil sob o título *Cenas de um pensamento incômodo*.

A autora argumenta que o capitalismo tardio e a sociedade contemporânea são regidos por uma “pedagogia da crueldade”, cujo objetivo central é a habituação do olhar humano à transformação da vida em coisa, atuando diretamente para extirpar a empatia e programar os sujeitos para consumirem o sofrimento alheio sem indignação transformadora. O telejornalismo policial, ao exibir em *looping* cenas de agressões contra mulheres em elevadores, ruas ou espaços privados, converte-se em um dos principais vetores dessa dinâmica.

A espetacularização midiática da dor feminina — sonoplastizada, editada e moldada para garantir índices de audiência — retira a vítima de sua condição de sujeito de direitos e a reinsere no mercado como um ativo da economia da atenção. O olhar do telespectador, capturado pelo “fascínio pelo horror” que Muniz Sodré (2017) denuncia, é treinado para consumir o pixel gélido da agressão como entretenimento ou catarse coletiva.

O sofrimento da mulher é despersonalizado; apaga-se sua biografia, sua trajetória de busca por socorro e suas nuances subjetivas, restando apenas a exposição crua de sua vulnerabilidade física. Opera-se de duas formas, o que se pode classificar como uma dupla expropriação do corpo feminino: a primeira, física e territorial, perpetrada pelo agressor para satisfazer o mandato patriarcal; a segunda, semiótica e comercial, executada pelas emissoras de televisão para alimentar a sanha do hiperespetáculo. A “vítima ideal”, sob a ótica de Nils Christie (1986), ganha contornos ainda mais perversos na análise de Segato: ela é a mulher cuja

dor só adquire validação pública se for passível de ser convertida em uma imagem plástica e consumível.

Aquelas cujas violências são invisíveis aos sensores eletrônicos ou não possuem o apelo dramático necessário para o *looping* televisivo permanecem marginalizadas pelo Estado e pela opinião pública. Portanto, a articulação entre as categorias narratológicas de Gérard Genette (1995) — especificamente a narração repetitiva — e a crítica social de Rita Segato desmascara o paradoxo do telejornalismo moderno. A reiteração exaustiva da imagem da barbárie não cumpre um papel pedagógico de conscientização social. Ao contrário, ao transformar o trauma em um espetáculo cotidiano e mercantilizado, o discurso jornalístico valida de forma oblíqua a própria soberania masculina que originou o crime. O “olhar eletrônico” das câmeras e das ilhas de edição, quando desprovido de um compromisso ético e estrutural com a emancipação de gênero, atua como a etapa terminal da rota crítica de revitimização, onde a dignidade da mulher é sacrificada no altar da audiência instantânea.

Fica claro que a sofisticação jurídica e tecnológica, embora necessárias, ainda não conseguem romper as barreiras de silenciamento que precedem o ato extremo, mantendo o Brasil em um ciclo de violência resiliente e fatal. A dimensão trágica e incontornável dessa violência não implica, contudo, que a compreensão seja evidente para as diferentes abordagens mobilizadas na pesquisa social, especialmente quando mediada por dispositivos tecnológicos de vigilância. Se a violência contra as mulheres é um fenômeno global, a forma como tais crimes ocorrem, registrados por sensores eletrônicos e percebidos pela opinião pública, varia drasticamente conforme o contexto.

Os estudos de jornalismo e mídia que examinam os relatos da violência de gênero são escassos no Sul Global, realidade que se torna ainda mais crítica quando se analisa a espetacularização de imagens de câmeras de segurança e celulares em telejornais brasileiros. Tal cenário obriga a um cuidado extra ao referenciar pesquisas internacionais baseadas em realidades da Europa Ocidental ou da América do Norte. Nesses países, onde as taxas de feminicídio estão entre as mais baixas do mundo, a violência de gênero possui componentes distintos daqueles observados no Brasil, onde a barbárie é frequentemente “televisada” em tempo real. Enquanto parte da literatura internacional opera com a noção de *Intimate Partner Violence* (IPV), deve-se estar alerta para a inexistência de uma definição consensual sobre como a exposição da imagem da vítima impacta na percepção do crime.

Essa complexidade obriga a pesquisa em Comunicação a adotar cuidados metodológicos e éticos rigorosos. Não se trata apenas de analisar o fato discursivamente, mas

de compreender como a pretensa imparcialidade do registro digital bruto é utilizada pelas emissoras de abrangência nacional e regional para validar uma verdade absoluta que, frequentemente, apaga as nuances subjetivas da vítima. A viralização dessas imagens em redes como X e WhatsApp cria fluxos informacionais que interconectam a origem do fato, as grandes redes de televisão e os tribunais de justiça.

Como aponta Raquel Recuero (2021), a topologia dessas redes sociais de indignação exerce uma pressão sobre o sistema judiciário, antecipando a sanção social através do clamor público. Nesse contexto, a imagem técnica capturada por Circuitos Fechados de Televisão (CFTV) emerge como um novo agente narrativo e probatório, cuja transição do ambiente privado para o espaço público-digital reconfigura o rito processual e a percepção social do crime.

Casos de grande repercussão — como as agressões do DJ Ivis² filmadas por câmeras ocultas — demonstraram que a prova visual acelera a resposta judicial, mas também alimenta o que Muniz Sodré (2017) classifica como o “espetáculo da barbárie”, onde a midiatização atua como um sistema de iluminação do crime em tempo real. Para Sodré (2017), a mídia não é um mero canal de transmissão, mas um “biopotencializador” da realidade, operando essa iluminação e espetacularização em três níveis fundamentais: a iluminação como dispositivo de controle e consumo, a estética da crueldade e a substituição do juiz pela audiência.

A visibilidade técnica da câmera retira o crime da sombra da vida privada. No entanto, essa luz não visa ao esclarecimento, mas à exposição do crime em tempo real, processo no qual a imagem anula o “tempo do relato” (depoimento) e o substitui pelo “tempo do evento” (narrativa). O público deixa de ouvir falar da agressão para testemunhá-la diretamente, fazendo com que a violência perca seu caráter de fato social a ser resolvido pelo Estado e se torne conteúdo de entretenimento ou de “catarse coletiva” em programas policiais de rede nacional.

Essa estetização da dor visa primordialmente a manter a audiência engajada. Emissoras como a Record e a Bandeirantes exibem com frequência o mesmo vídeo de agressão em *looping*, uma repetição que não busca informar, mas prender o espectador pelo “fascínio pelo horror”. A câmera de segurança assume o papel de um “narrador onisciente” desprovido de

² O caso de agressão envolvendo o DJ Ivis (Iverson de Souza Araújo) e sua ex-mulher, Pâmella Holanda, ocorreu em julho de 2021 e ganhou grande repercussão após a divulgação de vídeos de câmeras de segurança que mostravam o produtor musical agredindo a companheira, inclusive com a filha de 9 meses presente. Em março de 2025, o DJ Ivis foi condenado a 8 meses de prisão (em regime que pode ser inicialmente semiaberto ou aberto, a depender da execução) pelas agressões cometidas.

ética, que tudo vê, mas nada compreende. O dispositivo registra a barbárie de forma gélida, ignorando o histórico de abusos psicológicos e as ameaças que não cabem no enquadramento da lente, enquanto a mídia utiliza essa aparente neutralidade mecânica para cancelar o discurso televisivo.

A urgência gerada por essa iluminação instantânea promove uma erosão das instituições e antecipa o veredito social antes mesmo do rito processual. Como observa Zaffaroni (2012) em sua crítica à criminologia midiática, o sistema penal é frequentemente atropelado por uma construção de realidade produzida pelos meios de comunicação, que exige respostas punitivas imediatas. Essa engrenagem acelera prisões preventivas ao mesmo tempo em que sacrifica o devido processo legal em favor de uma justiça espetacularizada.

Em paralelo, a exibição desenfreada da tecnologia de vigilância promove uma revitimização secundária, convertendo a vivência direta em uma representação mediada e consumida como entretenimento, nos moldes descritos por Debord (1997). Esse circuito constrói uma “vítima ideal” — conforme o conceito de Christie (1986) —, cuja dor só obtém validação pública se houver um registro audiovisual que comprove sua passividade e vulnerabilidade absoluta diante do agressor.

Consequentemente, para as mulheres que sofrem violências invisíveis aos olhos digitais, o sistema de justiça torna-se ainda mais opaco e inacessível. Sob a perspectiva de Sodré (2021), o desafio contemporâneo não reside na rejei o da tecnologia de vigilância, mas na imposi o de limites  ticos   sua media o televisiva, garantindo que o olhar eletrônico sirva   emancipa o das mulheres e não   manuten o de uma economia da aten o alimentada pela tragédia alheia.

Metodologia

Para realizar o movimento de aproxima o das narrativas jornalísticas e as violências de g nero — físicas e simbólicas — capturadas por sistemas de monitoramento visual, a presente pesquisa estruturou-se a partir de uma coleta sistemática de dados entre janeiro de 2020 e dezembro de 2025. O corpus documental foi constituído por um recorte regional focado no ecossistema midiático gaúcho, com acompanhamento dos portais GZH e G1 RS, além dos telejornais Jornal do Almoço (RBS TV/afiliada Globo), Balanço Geral RS (Record RS) e SBT Rio Grande. Todavia estes últimos possuam distribui o direcionada   região metropolitana de Porto Alegre e algumas cidades do interior do estado, a sua circula o   potencializada sem barreiras geográficas por meio das redes sociais digitais.

A sistemática de coleta orientou-se pela metodologia do “mês falso”, visando capturar a regularidade do agir midiático. Cada mídia selecionada foi monitorada por quatro semanas distintas ao longo de cada semestre do recorte temporal, esforço que permitiu acompanhar a rotatividade e a longevidade das notícias sobre violência contra a mulher. Para os portais de internet, o acompanhamento ocorreu em três turnos diários (manhã, tarde e noite), garantindo a captura da atualização contínua dos fluxos informacionais. Os telejornais foram gravados e catalogados no momento de sua veiculação original.

Este procedimento gerou um banco de dados robusto, focado em casos em que a prova visual (câmeras de segurança) atuou como protagonista da narrativa. O processo de codificação do conteúdo e o mapeamento dos fluxos de circulação de cada matéria foram processados no software UCINET, permitindo identificar a centralidade de intermediação dos veículos e a velocidade de resposta institucional frente à viralização dos registros visuais. O ponto de partida para a análise qualitativa foi a identificação de marcas enunciativas que caracterizam o “espetáculo da barbárie” e a “iluminação” do crime em tempo real.

Casos de grande repercussão midiática no RS: 2020 a 2025

Para traçar um recorte das narrativas que pautaram a imprensa gaúcha, selecionou-se um crime emblemático por ano. Os critérios de amostragem fundamentaram-se na longevidade da cobertura televisiva, na centralidade das imagens de vigilância como dispositivos de “iluminação” (Sodré, 2017) e na tipificação de feminicídio ou tentativa de feminicídio.

O ciclo de análise inicia-se em 2020 com o “caso Eliane”, em Porto Alegre. O crime, ocorrido em um condomínio de classe média, teve como elemento de visibilidade as imagens do circuito interno de elevadores e corredores. O registro técnico das discussões prévias e da tentativa de fuga do agressor funcionou como o “grau zero” da prova visual (Barthes, 2007), pautando 10 dias de cobertura na RBS TV (Jornal do Almoço) e Record RS (Balanço Geral), com foco no debate sobre a segurança condominial e a eficácia do atendimento via 190.

As câmeras de elevadores e corredores não capturaram apenas o crime, mas a pré-agressão (discussões) e a pós-agressão (fuga). A vigilância condominial atuou como um “testemunho inanimado” que desmentiu narrativas de acidente. As imagens do elevador foram utilizadas de forma exaustiva pela RBS TV e Record RS. A contabilização média foi de 8 inserções diárias, considerando o *Jornal do Almoço*, *RBS Notícias* e as múltiplas edições do *Balanço Geral RS*. O vídeo funcionou como “prova de trajeto”, sendo repetido a cada nova

atualização sobre o paradeiro do agressor. A estimativa é de 85 inserções das mesmas imagens durante a cobertura.

Em 2021, o “caso da médica”, em Canoas, evidenciou a transição da vigilância para o âmbito privado-doméstico. Os vídeos de câmeras instaladas pela própria vítima monitoraram a invasão do ex-companheiro, gerando uma cobertura de 7 dias no SBT RS e Band RS. A imagem operou no regime do “ajustamento” (Landowski, 2014), provocando uma discussão pública sobre a insuficiência das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) frente ao agressor obstinado. A cobertura concentrou-se no SBT RS e Band RS. A frequência foi menor que o caso anterior, mas a “imagem da invasão” foi utilizada como *frame* de impacto em todas as aberturas de programas policiais, servindo para ilustrar o debate sobre o descumprimento de medidas protetivas. A estimativa de inserções das imagens no período é de 45 aparições.

No ano de 2022, o foco deslocou-se para o espaço público com o “caso da personal trainer”, em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha. A tentativa de feminicídio foi capturada pelo sistema de cercamento eletrônico da prefeitura. A cobertura da RBS TV e do G1 RS estendeu-se por 15 dias, utilizando as imagens para construir uma narrativa de perseguição e busca pelo agressor na Serra Gaúcha, transformando a vigilância estatal em um dispositivo de acompanhamento dramático em tempo real. Por se tratar de uma “perseguição ao vivo” captada pelo Cercamento Eletrônico Tecnológico (CFT), as imagens da prefeitura foram onipresentes no G1 RS e na RBS TV. A contabilização do número de vezes da imagem exibida foi de 130 aparições, em média.

O ano de 2023 marcou a consolidação da Análise de Redes Sociais (ARS) como chave de compreensão, no “caso do elevador”, em Passo Fundo. O vídeo bruto da agressão circulou em grupos de WhatsApp antes da denúncia formal, configurando uma rede de indignação pré-midiática. A Record RS (Cidade Alerta RS) liderou a cobertura por 5 dias, utilizando a “viralização” como gancho para pautar o dever ético e legal de denúncia por parte de vizinhos e testemunhas. O vídeo foi exibido em *looping* ininterrupto durante os comentários do *Cidade Alerta RS*. A contabilização visual por minuto de programa foi a mais alta do recorte, chegando a 65 aparições.

Em 2024, o recorte geográfico fixou-se em Pelotas, com o caso do rompimento de uma tornozleira eletrônica. A visibilidade do crime resultou do cruzamento de dados de monitoramento estatal com imagens de câmeras comerciais de uma loja próxima. A cobertura da RBS TV Pelotas e da TV Pampa concentrou-se na “falha tecnológica”, expondo as fragilidades das ferramentas digitais. O monitoramento por GPS operava com dados abstratos,

que falharam em emitir alertas de proximidade em tempo real, sendo a imagem capturada da câmera de segurança do crime responsável pela prova material. Contabilizou-se 35 aparições nos telejornais da RBS TV durante os 8 dias de cobertura.

E, por fim, em 2025, o “caso da viralização”, em Santa Maria, exemplificou o estágio atual do hiperespetáculo (Lipovetsky, 2007). A agressão em via pública, gravada simultaneamente por populares (smartphones) e câmeras de postos de gasolina, foi transmitida ao vivo em redes sociais antes de ser absorvida pelos telejornais. A repercussão de 12 dias na RBS TV e Record RS culminou em uma resposta institucional direta, forçando mudanças nos protocolos de abordagem da Brigada Militar e demonstrando como a “presença” sensível da imagem (Mei, 2015) acelera a reforma das políticas de segurança. O volume de 110 aparições ocorreu devido à natureza híbrida da imagem (câmera de posto de gasolina + aparelho celular). A RBS TV e a Record RS utilizaram o vídeo não apenas nas matérias, mas em “chamadas de impacto” ao longo da programação para anunciar a mudança de protocolos da Brigada Militar.

Resultados da investigação

A síntese da contabilização visual dos casos ocorridos no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2025 revela uma estrutura de saturação mediática que transforma o registro de vigilância em um objeto de consumo contínuo. Ao analisar o volume acumulado de aproximadamente 470 inserções televisivas (sem contar a replicação infinita em redes sociais). A contabilização demonstrou que a imagem da violência não é apenas transmitida, ela é reiterada. Na Record RS, o uso do *looping* (repetição da mesma cena enquanto o apresentador narra) criou uma hipnose visual. A agressão deixou de ter um início, meio e fim para se tornar um estado permanente de violência na tela.

Os dados também mostram que a contagem de aparições é diretamente proporcional à “plasticidade” da imagem. Como nos casos em elevadores (Porto Alegre/2020) ou espaços públicos bem iluminados (Bento Gonçalves/2022) geram um volume de inserções significativamente maior (85 a 130 aparições) do que casos com imagens granuladas ou distantes (Pelotas/2024).

Com isso, cria-se uma hierarquia na comunicação: a violência que “rende boas imagens” recebe mais atenção do Estado e do Judiciário, enquanto agressões sem registro visual ou com imagens de baixa qualidade tendem a ser marginalizadas na pauta pública. Ao exibir a imagem de uma mulher sendo agredida mais de 100 vezes em um ciclo de 12 dias (como no caso de Santa Maria/2025), a mídia corre o risco de naturalizar a cena. A imagem deixa de ser um

“absurdo” para se tornar um “frame padrão” do cotidiano televisivo gaúcho. A “iluminação” total do crime, no limite, acaba por obscurecer a humanidade da vítima, que passa a ser vista apenas como o suporte físico de uma barbárie espetacularizada.

Considerações Finais

A mediação narrativa praticada pelo telejornalismo policial contemporâneo, ao priorizar o papel de “narrador onisciente” assumido pelas câmeras de segurança, realiza um apelo direcionado aos aspectos de impacto emocional e ao hiperespetáculo. Esse processo resulta no silenciamento das redes de apoio da vítima, substituindo os relatos de pessoas próximas por discursos de autoridades policiais que limitam o acontecimento ao flagrante visual capturado pela lente. O jornalismo atua como engrenagem ativa desse processo de revitimização ao expor detalhes da vida privada, dados profissionais ou locais de residência sob o pretexto da informação, operando um gesto de espreita que ignora e apaga a trajetória de busca por ajuda realizada pelas mulheres.

A análise do *corpus* selecionado demonstrou que a onipresença das tecnologias de vigilância não garantiu, por si só, a interrupção da violência sistêmica contra as mulheres, mas alterou profundamente o modo como esses crimes são narrados e consumidos no ecossistema mediático gaúcho. A aplicação das categorias analíticas de Gérard Genette revelou que as emissoras de televisão não apenas relatam o fato, mas constroem uma arquitetura discursiva em que as dimensões de ordem, duração e frequência das imagens são manipuladas para produzir efeitos de sentido distintos. Enquanto a Record RS e a Band RS utilizam a narração repetitiva e a dilatação das cenas para alimentar um voyeurismo punitivista, a RBS TV busca no sumário e na contextualização sociológica uma moldura institucional para a barbárie.

Contudo, a incorporação da crítica social de Rita Segato permitiu compreender que a manipulação técnica do registro visual serve como extensão comunicacional da própria violência patriarcal. Ao transformar o trauma físico em mercadoria visual e exibi-lo em *looping* assistemático ao longo da programação — dinâmica que resultou em cerca de 470 inserções televisivas na amostragem geral desta investigação —, as emissoras promovem uma pedagogia da crueldade, destituindo a mulher de sua condição de sujeito e consolidando uma segunda objetificação de seu corpo. O olhar eletrônico maquínico da tecnologia de monitoramento, embora ofereça o grau zero da prova visual, é desprovido de ética e ignora as nuances subjetivas, o histórico de abusos psicológicos e os eixos de poder que precedem o clique do obturador.

A visibilidade técnica, ao focar exclusivamente no clímax da agressão, acaba por decretar a aniquilação simbólica da vítima, em que a história de vida da mulher é substituída pelo registro gélido do pixel. Esse circuito transforma o trauma em um ativo da economia da atenção e insere o jornalismo como o estágio terminal da rota crítica de revitimização. O espetáculo da barbárie na televisão não apenas expõe o crime, mas reitera de forma oblíqua o mandato de masculinidade, legitimando a soberania patriarcal sobre o território do corpo feminino perante a audiência massiva.

Conclui-se que o desafio para o telejornalismo contemporâneo é a imposição urgente de limites éticos à mediação televisiva. A tecnologia de vigilância deve ser resgatada como ferramenta de emancipação e prova técnica, e não como roteiro para o entretenimento policial. É imperativo que a narração jornalística devolva a voz às sobreviventes e resgate a memória das vítimas, garantindo que a cobertura sirva para iluminar as falhas estruturais do Estado, e não para perpetuar, em *looping*, o espetáculo da violência de gênero. Ao transformar a barbárie em entretenimento sonoplastizado, o jornalismo gaúcho reafirma a percepção de que a violência contra a mulher pertence à esfera do extraordinário, falhando em reconhecer o feminicídio como um problema estrutural e público que exige uma reforma ética radical na forma de narrar a vida e a morte das mulheres.

Referências

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. Tradução de Anne de Alencar Mello. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

CHRISTIE, Nils. **The Ideal Victim**. In: FATTAH, Ezzat A. (ed.). *From Boy to Victim*. London: Palgrave Macmillan, 1986. p. 17-30.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Visibilidade e invisibilidade da violência contra a mulher no Brasil**. São Paulo: FBSP/IPG, 2023.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A tela global: cultura-mídia e hipercinema na era hipermoderna**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MEI, Gianluca. **A presença sensível da imagem e os regimes de visibilidade midiática.** Revista de Comunicação e Linguagens, Lisboa, n. 47, p. 45-62, 2015.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais online.** Salvador: EDUFBA, 2021.

SEGATO, Rita Laura. **Contrapedagogias da crueldade: cenas de um pensamento incômodo.** Tradução de Maria Augusta Babo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Contrapedagogías de la crueldad.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: mídia, iluminação e barbárie.** Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **O espetáculo da barbárie: mídia e violência no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2021.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma antropologia da forma rala.** Petrópolis: Vozes, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar.** São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal.** Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

Recebido em: 11/03/2026

Aceito em: 30/06/2026